

O significado e a presença do ISEB no Brasil dos anos 1950 e 1960

Caio Navarro de Toledo

Como citar: TOLEDO, Caio Navarro de. O significado e a presença do ISEB no Brasil dos anos 1950 e 1960. *In* : TOTTI, Marcelo Augusto (org.). **100 anos de Florestan Fernandes** : legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 71-82. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p71-82>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O SIGNIFICADO E A PRESENÇA DO ISEB NO BRASIL DOS ANOS 1950 E 1960

Caio Navarro de Toledo

O *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* se constituiu numa experiência cultural e ideológica inovadora na história política brasileira. O ineditismo da experiência isebiana consistiu no fato de que intelectuais de várias orientações teóricas e de distintas correntes ideológicas – na sua maioria, não acadêmicos – se reuniram não apenas para refletir sobre os “problemas cruciais da realidade brasileira”; deliberadamente, visavam também intervir no processo político e econômico do país. A meu ver, foi o ISEB, no Brasil contemporâneo, a instituição cultural que tenha talvez melhor simbolizado e concretizado a noção (e a prática) do engajamento do intelectual na vida política e social de seu país.

Este comprometimento, contudo, foi uma experiência difícil e conflitiva, pois, além das tensões e crises internas, o Instituto sofreu um permanente e cerrado cerco ideológico e político por parte de influentes setores da direita brasileira (empresários, entidades patronais, grande imprensa, militares, religiosos, agências de inteligência e embaixada dos EUA etc.)

Uma frente intelectual e política

Nos seus primeiros anos, o ISEB tinha as características de uma grande frente intelectual e política. Nele conviviam liberais, nacionalistas, social-democratas, católicos progressistas (alguns deles, recém egressos do integralismo) etc. Da perspectiva de suas origens teóricas, pode-se dizer que no Instituto conviviam filiados ao marxismo, hegelianismo, do existencialismo de Sartre e Max Scheler, da fenomenologia de Jaspers, da sociologia do conhecimento de Mannheim, do historicismo de Dilthey, do culturalismo de Ortega y Gasset e de outras correntes filosóficas.

No entanto, apesar de expressarem uma multiplicidade de orientações teóricas e políticas, esses intelectuais convergiam na convicção de que, através do debate e do confronto das ideias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil. O *nacional-desenvolvimentismo* foi então concebido como essa ideologia-síntese capaz de levar o país – através da ação estatal e do desenvolvimento industrial – à superação do atraso econômico-social e da alienação cultural. Uma Nação desenvolvida e soberana estava, assim, no horizonte ideológico desses intelectuais quando tomaram a primeira iniciativa de, em 1952, criar o IPESP e, três anos depois, o ISEB. Mas, como outros também observaram, divergentes concepções acerca do nacionalismo e do desenvolvimento econômico e social dificultarão o consenso em torno da ideia-matriz que originou a fundação do Instituto.

Se é correto afirmar que, nos anos seguintes à sua criação, a ampla frente intelectual e política foi se estreitando – com o afastamento de autores de orientação liberal e social-democrata –, não se pode deixar de reconhecer que houve uma continuidade político-ideológica durante os nove anos de existência do ISEB.

Seja em sua primeira fase - “teorizante” ou “nacional-desenvolvimentista” –, seja em seu “último momento” (“fase militante de esquerda”), o ISEB sempre esteve comprometido com a defesa de reivindicações sociais progressistas e politicamente democráticas. Seu ativo engajamento na luta pelas reformas sociais, a defesa da soberania nacional e a reivindicação da ampliação da democracia política no Brasil

explicariam, assim, a fúria obscurantista e destrutiva que se manifestou pelo golpe militar de 1964.

Como outras entidades progressistas e democráticas no pré-1964, o ISEB teve, logo nos primeiros dias da ditadura militar, seus arquivos, publicações e biblioteca destruídos e seus membros sofreram prisões e extensos inquéritos político-militares (IPM's).

O CONTEXTO POLÍTICO-CULTURAL

Examinemos então o contexto político-cultural brasileiro, por ocasião da criação do ISEB.

O período que vai da redemocratização de 1946 até o golpe de 1964 teve enorme importância para a história social, política e cultural brasileira: paralelamente à crescente politização da vida social – particularmente no pré-1964 quando a atividade política deixava de ser privilégio do legislativo e do executivo, vários projetos econômicos e sociais foram produzidos e debatidos pelos partidos, sindicatos, intelectuais e estudantes.

Apenas para citar alguns desses protagonistas e seus ideários: (segundo o estudo de Ricardo Bielschowsky – *Pensamento Econômico Brasileiro*).

Liberais não-desenvolvimentistas, não-industrialistas (neoliberais): FGV, Conselho Nacional de Economia, Associação Comercial do Estado de São Paulo.

Seus intelectuais: Eugênio Gudín, Octávio Bulhões;

Liberais desenvolvimentistas não-nacionalista: Vinculados à burocracia pública - BNDE, Comissão Mista Brasil-EUA; Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva etc.

Desenvolvimentistas privatistas: CNI, FIESP; (herdeiros de Roberto Simonsen: João Paulo de Almeida Magalhães, Nuno Figueiredo, Hélio Jaguaribe etc.)

Desenvolvimentistas nacionalistas: BNDE, ISEB, Cepal – Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos, Vieira Pinto;

Desenvolvimentistas comunistas e socialistas – PCB, PSB: N. Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães etc.

Inúmeras revistas e publicações traduziam e expressavam essas tendências teóricas e ideológicas. No caso destas últimas: Revista Brasiliense, Estudos Sociais, entre outras.

A ideologia desenvolvimentista na visão do ISEB.

O *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* foi criado em 1955, no governo de Café Filho, por intelectuais e técnicos especializados da burocracia pública. Funcionando com verbas do Ministério da Educação e Cultura, o ISEB, conforme seus estatutos, se definia como um “centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário (tendo) por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia, da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”.

Embora a expressão não aparecesse aqui explicitamente, tratava-se de criar e difundir uma “ideologia do desenvolvimento nacional” que contribuísse para o Brasil se constituir plenamente como Nação desenvolvida, através da consolidação da industrialização e de reformas sociais e políticas.

Do primeiro ISEB faziam parte Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, além de figuras renomadas, embora com presença circunstancial – entre elas, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Roberto Campos, Anísio Teixeira etc.

Podemos afirmar que dois teriam sido os momentos decisivos na trajetória do ISEB:

- a) Período do nacionalismo-desenvolvimentista (1956-1960): nacionalismo popular de VP, NWS, RC ao lado de um nacionalismo burguês de HJ e GR.
- b) Defesa de reformas sociais e políticas: 1961-64: (correspondente ao governo J. Goulart): politização e esquerdização da Instituição.

Ideias-forças presentes no ISEB

Quais teriam sido as principais idéias-forças do nacional-desenvolvimentismo do ISEB? De forma sintética, entendemos elas seriam as seguintes:

A) NOÇÃO DE *IDEOLOGIA*.

Afirmação positiva da ideologia. Ideologia como *força material*, força organizadora e efetiva no interior da sociedade (não simples especulação ou forma ilusória); papel instrumental na arregimentação e coesão das forças sociais na direção da construção da Nação.

Sem a ideologia do desenvolvimento, advertiam os isebianos, não poderia haver desenvolvimento nacional (p/ Lênin, sem teoria revolucionária não haveria movimento revolucionário).

B) NOÇÃO DE *ALIENAÇÃO*.

Para os isebianos, o subdesenvolvimento era entendido sob a matriz hegeliana/existencialista/marxista de *alienação*. A nação pobre não possuía o comando de si mesma, da sua autonomia política e cultural. Era controlada de fora, por outras forças (nações ricas, desenvolvidas). Os países SD's se configuravam, assim, como autênticas nações *proletárias*. Na condição do *proletário*, na ordem capitalista, eram, pois, expropriadas de sua essência, que passava a ser incorporada, apropriada pelas nações desenvolvidas.

Nas palavras de V. Pinto: “ (...) [o SD] é por natureza um estado de alienação, no qual o homem fica distanciado do seu ser, alheio a ele (...) A nação SD é um ser social igualmente alienado, um ser cuja essência está fora dele, é possuída por outros, no caso as nações desenvolvidas que detêm o comando de sua economia, e por esse meio, o do seu destino”.

A condição para a superação da alienação, dos trabalhadores individualmente e da nação, apenas se dará com o desenvolvimento industrial em bases nacionalistas. Afirma VP que “para os trabalhadores o desenvolvimento não traz qualquer perigo, a parada do desenvolvimento é que seria o único e sério perigo”. Por sua vez, o desenvolvimento econômico possibilitará a “recuperação” do ser histórico; ou seja, a passagem da nação de

“objeto” a “sujeito” da sua história. Ou seja, ter-se-ia então a nação autônoma, livre e independente, não mais periferia do mundo rico e metropolitano.

C) AS BASES DA IDEOLOGIA NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA.

Para o conjunto dos isebianos (liberais e de esquerda), a formação social brasileira SD apesar das mudanças sociais e econômicas advindas com a Revolução de 30, ainda não se constituía uma Nação propriamente dita. Forças antinacionais ou retrógradas ainda tinham hegemonia no conjunto da formação social, impedindo-a de se realizar plenamente – política e culturalmente. De um lado, pois havia os proprietários rurais (o chamado latifúndio improdutivo), a burguesia mercantil agro-exportadora e setores das classes médias tradicionais solidamente apoiados pelo imperialismo financeiro e comercial. Todas essas forças constituíam uma Frente tradicionalista, anti-Nação, pois se opunham sistematicamente à adoção de uma política industrializante e à modernização de suas instituições políticas e sociais.

A ideologia nacional-desenvolvimentista formulada pelos isebianos visava precipuamente convencer os setores modernos da formação social brasileira – em especial a burguesia industrial - da urgente necessidade de se proceder a uma reforma das instituições políticas, visando a criação de um Estado com uma estrutura burocrática mais racional e moderna.

A possibilidade da realização da ideologia nacional-desenvolvimentista era possível, pois estava fundada *na própria realidade social*. Haveria, assim, segundo os isebianos, uma confluência dos interesses das classes sociais mais dinâmicas de nossa formação social. O nacionalismo-desenvolvimentista se impunha pois os setores modernos e dinâmicos da burguesia, do proletariado e das classes médias passavam a perceber que a industrialização e as reformas sociais e institucionais correspondiam aos seus interesses objetivos mais imediatos – a curto e longo prazo.

Nos países SD's a luta de classes, pois, não teria primazia; a luta de classes seria uma realidade válida e pertinente basicamente para os países capitalistas metropolitanos. Aqui a contradição fundamental que

atravessa a formação social é a que se estabelece entre Nação x anti-Nação; entre as forças modernizantes x os setores retrógrados (articulados com o imperialismo comercial e financeiro).

Para os isebianos de esquerda, incluindo também a visão do PCB, esta aliança desenvolvimentista se impunha para derrotar o imperialismo e o latifúndio e as demais forças conservadoras.

A tarefa dos intelectuais do ISEB residia, pois, em formular a ideologia nacionalista e ser uma “vanguarda esclarecida e eficaz, apta a despertar, nas novas forças dirigentes (...), a consciência de seus interesses e das possibilidades de serem eles atendidos em termos convenientes para toda a comunidade”.

D) A QUESTÃO DA HEGEMONIA DE CLASSES NA IDEOLOGIA E NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL: O NACIONALISMO BURGUEÊS DE JAGUARIBE *VERSUS* O NACIONALISMO RADICAL E POPULAR DE VIEIRA PINTO.

Se entre os autores do ISEB existia um consenso na identificação dos setores ou classes sociais que constituíam os termos da contradição principal, as divergências começavam a ocorrer a partir do momento em que se procurava definir qual grupo social deveria ter a hegemonia no processo de desenvolvimento nacional.

De um lado, estavam aqueles que defendiam a burguesia industrial, como portadora da razão histórica e dos verdadeiros destinos nacionais; de outro, aqueles que viam na direção ideológica das massas populares e trabalhadoras as únicas possibilidades de a nação alcançar a sua plena autonomia e um real desenvolvimento econômico e social.

Nacionalismo burguês (HJ, GR) x nacionalismo popular (NWS, AVP)

Contrapondo-se a H. Jaguaribe, Vieira Pinto afirmava que a ideologia do desenvolvimento procedia da consciência das massas trabalhadoras; ou ainda, a ideologia do desenvolvimento constituía-se, na verdade, no “pensamento natural” destas. São as massas trabalhadoras “que impõem a exigência de desenvolver-se o país”. (PINTO, 1959, p.37) A ideologia

do desenvolvimento só pode provir da consciência das massas, pois são estas que, em última instância, mais interesses tinham no processo de desenvolvimento. Além do mais, eram elas que podiam revelara as *direções objetivas* desse mesmo processo, posto que eram detentoras de uma consciência verídica ou crítica.¹

Numa arrojada afirmação, estabelecia que: “O povo não erra, simplesmente se pronuncia com o teor de compreensão que lhe é permitido ter nas circunstâncias em que existe”. Adiante: “(...) a massa não se engana, nem se corrompe; só lhe pode acontecer estar privada de perfeita consciência.” (PINTO, 1960, p. 111).

No entanto não são as organizações dessas amplas camadas sociais que teriam o privilégio de traduzir em termos conceituais e práticos este “pensamento natural” ou a consciência verídica das massas trabalhadoras. Esta tarefa cabia estritamente aos seus “intelectuais orgânicos”; dito em outros termos, aos pensadores - entre eles os do ISEB - “comprometidos existencialmente” com a perspectiva daquelas categorias sociais. Assim, embora as massas detenham um conhecimento de sua situação objetiva, bem como reconheçam nitidamente os seus interesses fundamentais, encontram-se ainda na transição para o capitalismo desenvolvido, privadas dos instrumentos lógico-conceituais adequados para se expressarem de forma rigorosa e eficaz. Afirma Vieira Pinto: “Antes que o pensador seja capaz de dar corpo lógico às novas representações conceituais implicadas nos acontecimentos, o povo mesmo as vai esboçando, num balbucio ideológico onde tem suas primeiras tentativas de expressão de ideias que, depois, os sociólogos e filósofos procurarão anunciar em *forma límpida e doutrinária*”. (PINTO, 1960, p. 44, grifo nosso).

Dentro destes limites fica, pois, justificada a atividade dos intelectuais dos países em luta pelo desenvolvimento: dar *forma lógica* àquilo que foi produzido pela prática coletiva das massas. Ou seja, ordenar e sistematizar

¹ Para Vieira Pinto, não há nestas afirmações qualquer exaltação mística, nem tampouco “afeição ou simpatia moral exterior” pelas massas trabalhadoras. Para ele, o trabalho é fator essencial não só da transformação da realidade material, como também da consciência. “A ideologia de que necessita a sociedade subdesenvolvida será transformadora se for autêntica, e só será tal se surgir uma consciência que represente veridicamente o real; esta, por sua vez, só terá essa qualidade se tiver sido configurada na prática, a qual (...) se define fundamentalmente como trabalho”. (PINTO, 1960, p. 111).

numa teoria - no caso, a ideologia do desenvolvimento - as verdades presentes na consciência crítica das massas trabalhadoras. Porém, ao contrário de um projeto de caráter totalitário ou fascistizante - que imporá às massas uma “consciência” ou um ideário -, os pensadores dos países periféricos nada mais seriam do que os arautos das representações verídicas da consciência popular. Isso era o que julgava Vieira Pinto: “A transmissão da ideologia é obra de sua verdade interior, que não é senão a sua concordância com a realidade e a viabilidade do projeto que a conduz. A persuasão que possui decorre dessa verdade e não é obtida por artifícios psicológicos, muito menos pela coação. Ao ser reconhecida pela consciência das massas como o autêntico pensamento de que careciam para exprimir seu projeto de existência, a ideologia assume automaticamente caráter operatório [...]”. (PINTO, 1960, p. 50-51, grifo nosso). Mas, apesar desse automatismo, a fim de que toda a sociedade fosse alcançada, tornavam-se necessários uma “divulgação persuasiva” e um “proselitismo consciente e esclarecido” por parte dos ideólogos. Porém, reafirmava, isto não seria condenável, desde que se “apoie na certeza de se estar dizendo às massas aquilo que exprime o próprio ponto de vista delas e que, por isso, só precisa ser conhecido para ser reconhecido” (PINTO, 1960, p. 53).

ISEB & USP: ideologia versus ciência?

De forma breve, façamos um paralelo com outro estilo de intervenção intelectual contemporâneo ao do ISEB. Nos anos 50/60, cientistas sociais e filósofos da Universidade de São Paulo estiveram comprometidos com um projeto teórico e político distinto ao do ISEB. Fazendo um paralelo entre o ISEB e a USP, no campo das ciências humanas, um estudioso francês anotou:

No Rio de Janeiro (...), o papel do intelectual implica uma intervenção direta no campo político e a reivindicação de uma representatividade popular e nacional. Já em São Paulo, remete antes à inserção num meio específico de inter-reconhecimento e à referência a normas gerais do trabalho teórico”. (PÉCAUT, 1990, p. 115-116).

Embora nem isebianos nem uspianos defendessem uma oposição entre as esferas da produção científica e da ação política, na prática efetiva, não deixavam de a elas conferir ênfases e prioridades distintas.

Esclareça-se que a produção intelectual e as atividades do ISEB reduzida repercussão tinha junto aos acadêmicos reunidos em torno da USP. Praticamente nenhuma cooperação ou controvérsia pública, entre eles, se fazia ouvir. Silêncio sintomático. Dois mundos quase à parte, incomunicáveis entre si, pretensamente autossuficientes. Bem se sabe que, até poucas décadas, o intercâmbio entre a intelectualidade do Rio e São Paulo sempre foi bastante limitada. Neste sentido, ISEB e USP nada mais faziam do que reproduzir este quadro típico de provincianismo e paroquialismo no interior da intelectualidade brasileira.

A rigor, na perspectiva dos filósofos e cientistas sociais da USP, os autores do ISEB não eram considerados interlocutores competentes para qualquer debate produtivo e nenhuma forma de colaboração entre ambos foi cogitada nos anos 1950-1960. Embora mais distantes, as instituições francesas, em particular, e os professores visitantes dali procedentes eram privilegiados para o diálogo por parte dos intelectuais radicados em São Paulo.

No caso do Departamento de Filosofia da USP, foram dois professores visitantes franceses – Michel Debrun e Gérard Lebrun – que tomaram a iniciativa de debater a produção isebiana. Seus artigos foram publicados pela *Revista Brasiliense*, dirigida por Caio Prado Jr.

Michel Debrun – autor de um livro editado pelo ISEB sobre a questão da Ideologia, antes de ingressar na USP – teve dois artigos publicados na revista paulistana. Por sua vez, G Lebrun escreveu uma alentada resenha sobre o mais importante livro de Vieira Pinto, *Consciência e Realidade Nacional*, a grande obra filosófica do ISEB. Resenha crítica, mas rigorosa e extremamente respeitosa ao filósofo isebiano.

Faça-se, contudo, justiça a João Cruz Costa, decano do DF da USP: foi ele a única voz dissonante dentro do Departamento de Filosofia, pois tinha um apreço especial pela obra de N. Werneck Sodré. Um artigo elogioso ao autor marxista do ISEB foi publicado pela *Revista Brasiliense*: “As

transformações do pensamento brasileiro no século XX e o nacionalismo” (COSTA, 1962) .

Sob a perspectiva dos acadêmicos da USP, tratava-se de criar os recursos teóricos e metodológicos para a constituição de um pensamento social sólido e consistente, com a mesma qualificação que tinham os trabalhos que se realizavam se realizavam em outros centros do exterior. O compromisso fundamental dos cientistas sociais deveria ser o de realizar pesquisas de acordo com os padrões mais rigorosos do trabalho científico. Devia-se produzir ciência, não forjar ideologias...²

Seria uma apreciação injusta e incorreta afirmar que - ao contrário dos isebianos - os sociólogos paulistas estavam (e desejavam permanecer) distantes das lutas sociais e políticas de seu tempo; reconheça-se que alguns deles tinham convicções de esquerda e socialista. No horizonte deles estava também a vontade de participar nos “processos em curso de mudança sócio-cultural”. No entanto, a possibilidade de intervir eficazmente na esfera social e política exigia, preliminarmente, a elaboração de conhecimentos rigorosos.

Nas palavras de Florestan Fernandes:”(...) nenhum cientista conseguirá pôr a ciência a serviço de sua comunidade, sem observar de modo íntegro e rigoroso as normas e os valores que regulam a descoberta, a verificação e a aplicação do conhecimento científico”.³ A ênfase, no entanto, é para a construção teórico-científica, não visando, assim, primacial e diretamente a intervenção no plano da realidade social tal como se apresentava o projeto da maioria dos isebianos.

² Ao se comparar USP e ISEB não se pode nunca perder de vista as especificidades de cada uma das duas instituições. No caso do ISEB, trata-se uma instituição vinculada diretamente à Casa Civil do governo federal que ministra cursos de curta duração para um público amplamente diversificado (sindicalistas, políticos, profissionais liberais, militares, universitários etc). Poucos professores do ISEB se dedicam integralmente à pesquisa e à docência. Centro de debates e estudos, o ISEB era, antes de tudo, um aparelho ideológico em seu sentido mais amplo.

³ Fernandes, Florestan - *Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros*. apud Ramos, Guerreiro(1958, p.23) Os dois sociólogos acima foram talvez os únicos a abrirem uma polêmica por um breve momento. Cada um representaria um estilo de intervenção científica em particular. Preconceitos de ambas partes dificultavam o diálogo frutífero e o possível entendimento posto que além das diferenças de estilo, existiam convicções (substantivas) comuns entre ambos. O próprio Guerreiro Ramos reconhecerá - após sua veemente crítica ao “provincianismo”, “convencionalismo” e “bovarismo” representado pela sociologia paulista -, em escrito posterior, que F. Fernandes avançava para a aceitação da chamada sociologia militante.

O chamado *Seminário Marx* talvez se constitua num bom exemplo desse estilo de prática intelectual predominante na USP nos anos 50/60. Jovens pesquisadores (sociólogos, economistas, historiadores, filósofos) se reúnem para conhecer em profundidade a obra fundamental do marxismo, insatisfeitos com as interpretações pouco rigorosas (das vulgatas a duvidosas “apropriações” ideologizadas) de Marx. Quase todos são de esquerda (e à esquerda do PCB). A motivação que reúne o grupo, no entanto, não é política. É fundamentalmente teórica.

Em anos recentes, alguns dos pesquisadores da USP procederam a revisões sobre o projeto isebiano. Reconheceram a existência de preconceitos bloqueando uma colaboração intelectual que poderia ter sido fecunda. Tendo alguns destes uspianos, a partir dos anos 1970, entrando de “corpo e alma” na política institucional, penitenciaram-se pelo isolamento que se autoimpuseram e, hoje, reabilitaram o projeto político do ISEB.⁴

REFERÊNCIAS

- COSTA, João Cruz. As Transformações do Pensamento Brasileiro no Século XX e o Nacionalismo. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 40, 1962.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editorial MEC/ISEB, 1958.

⁴ A meu ver, Fernando Henrique Cardoso produziu a mais enfática autocrítica dos intelectuais paulistas face ao ISEB. Entre outras formulações, reconheceu: “(...) o pessoal do ISEB nos parecia pouco rigoroso, não tinha a nossa bagagem acadêmica. Para o ISEB, o povo era o sujeito da História, enquanto para nós esse sujeito era indeterminado. Enquanto pensávamos em classes, o ISEB pensava em povo. Nós éramos, assim, uma “esquerda acadêmica”. A verdade é que, na prática, o ISEB teve uma influência muito maior do que a de nosso grupo, que ficou isolado em São Paulo. Reconheço que fomos bastante cegos com relação às mudanças que ocorriam.” Conclui que a “a ideologia do ISEB prevaleceu politicamente”. Entrevista concedida ao jornalista Lourenço Dantas Mota, *O Estado de S. Paulo*. 7.8.83.